



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**HISTÓRIA NATURAL TEOLÓGICA: ORATORIANOS,  
FRANCISCANOS E AS HETERODOXIAS DO SÉCULO XVIII**

Breno Ferraz Leal Ferreira\*

**O POMBALISMO E AS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS**

Foi um tanto fugaz a aproximação entre o Estado português e a Congregação do Oratório em meados do século XVIII. Após galgar bastante prestígio junto a D. João V (1707-1750), monarca que entre outros benefícios lhes doou o Palácio das Necessidades (1745), os oratorianos entraram em atrito com Pombal no final da década de 1750 e também se tornaram alvo das perseguições do poderoso ministro de D. José (1750-1777). A ira de Sebastião José de Carvalho e Melo, que anteriormente havia levado à perseguição e expulsão da Companhia de Jesus de todos os domínios portugueses, acabou por se voltar contra aqueles que, desde a primeira metade do século, haviam contribuído mais fortemente para romper com o virtual monopólio do ensino exercido pelos jesuítas. Quando parecia que se iam se consolidar na substituição dos jesuítas como congregação religiosa mais influente – tanto na área da instrução quanto em relação ao prestígio junto à corte – as relações decaíram, e boa parte dos oratorianos foi obrigada a abandonar Portugal.

Não cabe aprofundar aqui as razões que levaram à ruptura. Um dos pontos mais importantes diz respeito à censura da obra de cunho regalista *Tratatus de incircumscripta*

\* Mestre e doutorando em História – USP. Bolsista Capes

*potestate regis* (1760), de Inácio Ferreira do Souto, por parte do padre oratoriano João Batista, mas não é o único. O que importa mais é o desfecho da história: no final dos anos 1760, a absolutização do poder nas mãos do rei por meio de seu todo-poderoso ministro parece chegar ao ápice, com a unificação das instituições de censura a partir da criação da Real Mesa Censória (1768) e a formação da Junta da Providência Literária (1770), constituídas pelos homens que projetaram as mudanças estatutárias concretizadas pela reforma da Universidade de Coimbra (1772). Tratou-se do mesmo momento em que o primeiro dos personagens que aqui propomos a analisar, o padre oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804) deixou as terras portuguesas para um exílio no qual iria viver a maior parte do tempo em Baiona, na França.

Outro dos personagens que nos propomos a analisar nessa comunicação é o frei franciscano Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814), justamente um dos deputados (e também um dos presidentes) da Real Mesa Censória e um dos membros da Junta da Providência Literária. Provincial da Ordem Terceira, bispo de Beja eleito em 1770 e com bom trânsito na corte (e particularmente junto a Pombal), Cenáculo se tornou uma das personalidades intelectuais mais importantes da segunda metade do século XVIII em Portugal. Destacou-se na elaboração de projetos de museus e bibliotecas, assim como o fez, em menor escala, outro frade franciscano, o frei José Mayne (1723-1792), também censor régio, próximo à corte e figura destacada entre a intelectualidade franciscana da Ilustração portuguesa do período.

Em momentos e contextos políticos diferentes, os três eclesiásticos, Teodoro de Almeida, Cenáculo e Mayne, desenvolveram manifestaram em reflexões ou propostas nas quais a história natural foi mobilizada para combater as heterodoxias do século. Se aceitarmos a conceituação de Iluminismo proposta pelo historiador Jonathan Israel, que divide as Luzes entre uma corrente radical e outra moderada, os ilustrados portugueses decididamente tomaram partido pela segunda, procurando conciliar a religião com o avanço das ciências.<sup>1</sup> A vertente mais radical – de raízes no materialismo setecentista de Espinosa – foi também alvo de censuras por parte do Estado, que procurou impedir sua difusão numa série de editais e normas instituídas. A necessidade de se combater a heterodoxia consta inclusive dos novos estatutos da universidade.

<sup>1</sup> ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity (1650-1750)*. Oxford: Oxford University, 2001.

Em relação à história natural, os mesmos estatutos consagraram o método taxionômico do afamado naturalista Lineu e a sua divisão da natureza em três reinos: vegetal, animal e mineral. O botânico sueco acreditava num universo criado por Deus cuja natureza seria fixa, imutável. Enquadrava-se, assim, na vertente moderada, e se tornou referência para dois dos eclesiásticos sobre os quais falaremos: Cenáculo e Mayne. A reflexão de Teodoro de Almeida não cita Lineu, mas também parte do pressuposto das leis naturais fixas promulgadas por Deus.

Denominamos *teologia natural* ou *físico-teologia* a ideia de que seria possível tirar a prova da existência de Deus do próprio estudo da natureza e das ciências. O estudo da física ou da história natural atestaria a necessidade da existência de uma inteligência anterior à natureza, sem a qual esta não poderia funcionar. O materialismo se opunha a essa visão, partindo do pressuposto de que a natureza (a matéria, os seres vivos) funcionava por si mesma.

Como veremos, o “público” (a ser convencido) era o alvo das reflexões dos três eclesiásticos: os leitores da *Recreação Filosófica*, de Teodoro de Almeida; o público a quem os padres se dirigiam, e para os quais Cenáculo redigiu as suas instruções pastorais; e o curso de *História Natural Teológica* idealizado por Mayne e aberto ao público da Academia das Ciências de Lisboa.

### TEODORO DE ALMEIDA

Autor da obra de maior obra de divulgação científica portuguesa na segunda metade do século XVIII, a *Recreação Filosófica* (10 volumes, 1751-1800), o padre oratoriano Teodoro de Almeida manteve uma incrível coerência na sua maneira de articular ciência e religião em seu pensamento ao longo de sua vida. Pensando a obra como uma forma didática de atingir ao público, ele fez da ciência uma forma de evangelização. Por meio do conhecimento da ciência e da natureza, seria possível conhecer os atributos divinos. Assumiu como verdadeiros os pressupostos da teologia natural (ou físico-teologia), isto é, a ideia de que por trás das leis do universo e da natureza obrigatoriamente há de estar por trás um “ser inteligente”, um Criador, a quem identificou como o Deus cristão (no caso dele, católico).

A *Recreação Filosófica* foi uma iniciativa de Almeida que pretendia dar sequência às conferências de física experimental que os padres oratorianos – João Batista

à frente – fizeram no Palácio das Necessidades no início dos anos 1750. Batista aproveitou-se do moderno gabinete de física do qual o palácio fora dotado para, com a presença da corte, ministrar cursos baseados num currículo mais condizente com o que se chama “ciência moderna”. Almeida participou de tais cursos – também ministrando alguns –, de onde concebeu a ideia de que a ciência poderia ser divulgada não apenas nos cursos presenciais, mas também por meio da publicização do conhecimento. O primeiro volume saiu em 1751 e tinha como título completo *Recreação filosófica, ou diálogo sobre a filosofia natural para instrução de pessoas curiosas que não frequentaram as aulas*. Ainda eram tempos de bom convívio entre os oratorianos e o Estado, que viria a degradingolar em 1760. O tomo que aqui nos interessa, o quinto, foi publicado dois anos depois da conturbada censura feita por Batista ao livro de Inácio Ferreira do Souto, e que levou, junto com outras razões, Almeida a deixar Lisboa para se estabelecer no Porto (onde viveu antes de seu exílio no exterior).

Neste tomo da *Recreação*, dedicado aos “brutos e plantas”, o padre tomou como inimigos os *ateus*, designação com a qual se referia aos materialistas, ou seja, aqueles para quem a natureza se constituía como simples matéria, sem a ação de uma causa inteligente por trás. O centro das preocupações de Almeida na obra é a questão da geração dos seres vivos, que não poderia ser simples “obra do acaso”. Descrevendo detalhes de plantas e animais (com grande destaque para os “insetos”) em relação à reprodução, alimentação, moradia, anatomia etc., ele pretendeu descrever a “perfeição” da natureza, manifestando-se inteiramente maravilhado pela “obra de Deus”. O oratoriano aceitou a visão de mundo mecanicista que compreendia esse “ser inteligente” como um “relojeiro” ou “arquiteto” que cunhou a natureza toda na criação. Diferentemente dos homens, os animais não têm “alma espiritual”, não passando também por um período de aprendizagem (em escolas, por exemplo), onde aprendem a construir coisas. Porém, verifica-se que mesmo sem nada disso, insetos como as abelhas ou as formigas aprendem o trabalho e produzem/constroem coisas tão engenhosas que somente se pode concluir pela existência de uma “inteligência exterior” que opera neles – Deus.

A quem exatamente se referiu por “ateus” não se sabe, pois não são mencionados os nomes diretamente, mas pode-se assumir que a mensagem era direcionada também a defensores da “geração espontânea”, como o naturalista francês Conde de Buffon (1707-1788). Buffon é referido poucas vezes na *Recreação Filosófica*, mas de maneira suficiente para que se possa afirmar que de alguma forma teve contato com o primeiro

volume da sua *Histoire Naturelle*. Uma das referências se dá na discussão sobre reprodução, quando é discutido como se dá a geração entre os animais vivíparos. É sabido que Buffon considerava a possibilidade de formas inferiores de vida serem geradas pela humidade e podridão da matéria, e é exatamente contra esse argumento que Teodoro de Almeida se insurge.

A obra de Teodoro de Almeida obteve um grande êxito editorial, ganhando cada tomo da *Recreação* repetidas reedições na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX. Apenas em relação ao quinto tomo, entre 1762 e 1819 foram publicadas seis edições.<sup>2</sup> É razoável supor, portanto, que tratou-se de uma das obras mais conhecidas e influentes com mais sobre história natural no Iluminismo português.

### MANUEL DO CENÁCULO

Com o falecimento de D. José I e a consequente saída de Pombal do ministério, Cenáculo também foi obrigado a se afastar da corte. Dirigiu-se para Beja, de onde já era bispo.

Lá, escreveu instruções pastorais nas quais defendeu uma reforma dos estudos por parte dos clérigos, destacando-se a *Instrução pastoral sobre os estudos físicos do clero* (1786). Sua principal proposta foi a necessidade de os clérigos terem uma boa formação em história natural. A concepção dos três reinos da natureza de Lineu está presente na concepção de Cenáculo.

Uma das razões para tal proposta é a necessidade de combater a heterodoxia das Luzes. Apesar de também partir dos pressupostos da teologia natural, o uso feito por Cenáculo da história natural é mais instrumental do que o elaborado por Teodoro de Almeida. Segundo o frade franciscano, é útil para a exegese bíblica e, logo, para o convencimento do “público”, ou seja, os fiéis da Igreja entre os quais, pode-se imaginar, ideias heterodoxas circulavam.

Assim como Almeida, Cenáculo também manifesta admiração pelos insetos, “delicadíssimas criaturas” que “fazem de seu nada para o ser: isto é, para um ser composto por artifício regulado de partes quase invisíveis, sem quebra em seu tecido, e trabalho”.

<sup>2</sup> LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, p.141.

O conhecimento dos animais permitiria ao clérigo que se valesse de figuras de linguagem relacionadas ao mundo natural para, numa pregação, defender melhor o texto bíblico perante os seus críticos, os “incrédulos”.<sup>3</sup> A estes, é necessário dar respostas concretas, com base no Evangelho, que fujam às abstrações. Nesse sentido, o erudito católico deve saber “explicar-se pelo conhecimento próprio das cousas, de como, por exemplo, se podiam esperar na Primavera frutos na figueira, salvando assim a parábola naturalíssima do Salvador sobre a que achou estéril na devida estação”.<sup>4</sup> Além do mais, não se pode esquecer que o próprio texto sagrado se refere aos animais, como a baleia que tragou Jonas, a serpente de cobre mandada a construir por Moisés e as formigas referidas nos Provérbios.<sup>5</sup> Para Cenáculo, as “dúvidas pirrônicas” poderiam ser debeladas até mesmo pelos conhecimentos físicos, que ajudariam na compreensão dos milagres: o paralelo com a natureza mostraria que esta “é fraca”, provindo daí a necessidade do recurso à “Providência extraordinária”.<sup>6</sup>

Dessa forma, quando advoga pela necessidade de uma melhor formação do clero, uma de suas intenções é justamente criar meios para responder ao que era uma de suas preocupações centrais: as ideias dos “incrédulos filósofos” do Iluminismo. A contestação das Sagradas Escrituras e da religião católica com base em argumentos provindos da história natural demandava o conhecimento aprofundado dessa mesma disciplina justamente para a (re) afirmação da veracidade do texto bíblico, do dogma e da tradição da Igreja Católica, e logo a asseveração da autoridade da mesma instituição.

### **JOSÉ MAYNE**

Também figura de relevo na intelectualidade franciscana da segunda metade do século XVIII, o frei José Mayne foi autor de uma das iniciativas mais significativas de combate à heterodoxia religiosa no contexto já posterior ao início da Revolução Francesa em Portugal: a idealização do curso de “História Natural Teológica”, oferecido à Academia das Ciências de Lisboa e instituído em 1792, pouco antes de seu falecimento.

<sup>3</sup> CENÁCULO, Manuel do. Instrução pastoral sobre os estudos físicos do clero. In: Francisco António Lourenço Vaz. *D. Manuel do Cenáculo: Instruções pastorais, projectos de bibliotecas e diário*. Porto: Porto Editora, 2009, p.42.

<sup>4</sup> Ibidem, p.42-43.

<sup>5</sup> Ibidem, p.41-42.

<sup>6</sup> Ibidem, p.39-40.

Como deputado da Real Mesa Censória, foi responsável pela censura da publicação de uma série de obras consideradas libertinas. Particularmente a leitura da obra de Helvécio (1715-1771), *Le vrai sens du Système de la Nature*, motivou-o a escrever obra em resposta, a *Dissertação sobre a alma racional* (1778). Com esse livro, Mayne intentava “mostrar a imortalidade do espírito humano e as capciosas impugnações com que é combatida”<sup>7</sup>, mas também fornecer ao público leitor uma resposta às ideias heterodoxas que se disseminavam. Por essa razão, o autor afirma sua opção por publicá-lo em português. Seus inimigos provêm especialmente da Ilustração francesa e da inglesa, tais como Voltaire, Rousseau, Helvécio, Diderot, La Métrie, Hobbes, Locke, Berkeley, Toland e Collins, para além do holandês Espinosa.

A tese principal era de que o ser humano não era composto apenas por matéria, necessitando obrigatoriamente que existisse um Deus, o “autor da natureza”. Não se trata de uma obra sobre história natural, mas já antecipa algumas questões que pretendia abordar no curso de “História Natural Teológica”. Perante a rainha, o frade justificou a proposta de criação da nova cadeira afirmando que havia a necessidade de se “provar pela ordem admirável dos entes naturais, contra ateístas e politeístas, a existência de Deus e sua sabedoria, providência e bondade”<sup>8</sup>. Mayne – juntamente com Cenáculo – já estava pelo menos desde os anos 1770 envolvido na criação de um gabinete de curiosidades no Convento de Jesus de Lisboa, o que incluía artefatos provindos do mundo natural. Vinte anos depois, ainda tinha em mente a importância da história natural para a afirmação da verdade da religião. Em função disso, propôs a criação de uma “escola pública em que se ensine a História Natural com a sua aplicação teológica”<sup>9</sup>. Ao lente da disciplina caberia ensinar “a História Natural dos três reinos da natureza, demonstrando nas ocasiões próprias pela ordem admirável os entes naturais a existência de Deus, sua providência, omnisciência e mais atributos”<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> MAYNE, José. *Dissertação sobre a alma racional, onde se mostram os sólidos fundamentos da sua imortalidade e se refutam os erros dos materialistas antigos e modernos*. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1778, p.XIX.

<sup>8</sup> MAYNE, José. *Requerimento a S. M. concernente à doação do Gabinete de História Natural, Pinturas e Artefatos, assim como de bens, para instituir uma escola pública e desenvolver a livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa*. Biblioteca da Academia das Ciências (Série Azul, ms. 791)

<sup>9</sup> Usamos a partir daqui a transcrição feita por Rômulo de Carvalho. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: 1981, p.123-126.

<sup>10</sup> MAYNE, José. Instituição de uma escola pública de História Natural Teológica por Frei José Mayne. In: Rômulo de Carvalho. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos*

Mesmo com o falecimento de Mayne, o curso chegou a funcionar. Embora não se tenha maiores informações sobre o mesmo, sabe-se que ao menos no início ele foi ministrado pelo Frei José da Costa Azevedo.

## CONCLUSÃO

A obra de Almeida, as pastorais de Cenáculo e o curso de Mayne atestam uma preocupação com a necessidade de se defender publicamente a religião católica. Representando diferentes momentos e contextos do pensamento sobre história natural em Portugal, os três mobilizaram os estudos sobre a natureza para combater o pensamento materialista e/ou libertino, crescente na época das Luzes e cada vez mais compreendido como uma ameaça que deveria ser debelada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENÁCULO, Manuel do. Instrução pastoral sobre os estudos físicos do clero. In: Francisco António Lourenço Vaz. *D. Manuel do Cenáculo: Instruções pastorais, projectos de bibliotecas e diário*. Porto: Porto Editora, 2009.

ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity (1650-1750)*. Oxford: Oxford University, 2001.

LISBOA, João Luís. *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

MAYNE, José. *Dissertação sobre a alma racional, onde se mostram os sólidos fundamentos da sua imortalidade e se refutam os erros dos materialistas antigos e modernos*. Lisboa: Na Régia Oficina Tipográfica, 1778.

MAYNE, José. *Requerimento a S. M. concernente à doação do Gabinete de História Natural, Pinturas e Artefatos, assim como de bens, para instituir uma escola pública e desenvolver a livraria do Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa*. Biblioteca da Academia das Ciências (Série Azul, ms. 791).

MAYNE, José. Instituição de uma escola pública de História Natural Teológica por Frei José Mayne. In: Rômulo de Carvalho. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: 1981.